

Resenha

Estado e futuro

State and future

LEISNER, W. 2015. *Die Prognose im Staatsrecht. Zukunft in Vergegnwärtigung*, Berlim, Duncker & Humblot, 159 p.

Artur Flamínio da Silva¹

Universidade Nova de Lisboa, Portugal

arturmicaelsilva@gmail.com

A opção por recensear um texto de um autor como Walter Leisner não é uma tarefa fácil. Com efeito, não só porque se trata de um jurista cujo prestígio é inegável, mas, acima de tudo, porque exige ao leitor acompanhar uma multiplicidade de reflexões certas – inclusivamente quando não concorda com elas – que implicam, igualmente, um espírito crítico de quem lê os seus textos.

Sublinhe-se, porém, que, por vezes, o leitor encontra um texto demasiado comprometido – o que não facilita a leitura a um público pouco conhecedor dos pressupostos teóricos do autor –, mas o que se ganha com a substância e em quantidade de ideias que permitem reflexões abrangentes tornam a escrita de Leisner um produto valioso e traduz-se, sem qualquer margem de dúvidas, numa peça jurídica que interessa a qualquer jurista.

São, por outro lado, sobejamente conhecidos os estudos provocatórios – mas dos quais nunca resultam qualquer desprimor pelo rigor jurídico – de Walter Leisner². A obra *Die Prognose im Staatsrecht* (A prognose no Direito Público), embora com uma prosa menos impetuosa do que a existente noutros estudos, não deixa de ser uma monografia de excelência.

O ponto de partida para a investigação de Leisner está intimamente conexo com a questão de saber em que medida existe (ou pode existir) uma modelação do futuro – numa lógica de prognose – pelo Direito.³

Neste sentido, identifica que a prognose no Direito tem uma intrínseca compreensão das suas limitações (e do ultrapassar destas): a prognose nada mais é do que uma regulação do “futuro – esse grande desconhecido” (Leisner, 2015, p. 1).

Se, por outro lado, existe na prognose no Direito uma tendência para que o “futuro seja o presente” (Leisner, 2015, p. 12), permite-se, portanto, constatar uma “pretensão de validade teleológica” (Leisner, 2015, p. 12), enquanto objetivo (e ideal) a atingir na regulação jurídica.

Na senda deste pressuposto de prognose – segundo Leisner – existem três meios essenciais (ou operações como os designa o autor) para alcançar o juízo jurídico orientado para o futuro que podem ser sintetizados da seguinte forma:

- (i) na necessidade de avaliação de “desenvolvimentos futuros” em função do quadro “fático” do presente;
- (ii) numa análise da eficácia de decisões jurídicas de acordo com esses quadros “fáticos”, identificado a importância da sua “manutenção, consolidação ou mutação”;
- (iii) na existência de uma “vontade decisória” (*Entscheidungswille*) jurídica do presente, definindo um espaço temporal delimitado de vigência ou estabelecendo que a norma ju-

¹ Universidade Nova de Lisboa. Campus de Campolide, 1099-032, Lisboa, Portugal.

² Ver, em particular, Leisner (2007).

³ Conforme o autor denuncia, desde logo, na nota prévia (*Vorwort*).

rídica está em “vigor até indicação em contrário” (*In Geltung bis auf weiteres*) (Leisner, 2015, p. 13). No fundo, conforme enuncia o autor recenseado, a verdade é que “a decisão para o futuro é tomada no presente” (Leisner, 2015, p. 14).

Partindo destas considerações o autor vai analisando detalhadamente a prognose, sintetizando o resultado de cada análise num total de vinte e sete conclusões que permitem extrair o pensamento que vai desenvolvendo. Sem qualquer pretensão de exaustão, deve referir-se que entre os temas analisados encontram-se, por exemplo: o conceito de prognose (Leisner, 2015, p. 25 e ss.); a metodologia jurídica da ideia da

operação de prever o futuro no presente (Leisner, 2015, p. 29 e ss.); ou mesmo a relação dos direitos fundamentais com os juízos de prognose (Leisner, 2015, p. 77 e ss.).

Neste contexto, e numa apreciação global e sumária, não podemos deixar de admitir que a monografia de Walter Leisner tem um mérito evidente, proporcionando os habituais momentos de reflexão marcada por uma excelência jurídica, permitindo perceber adequadamente o papel do Estado no que respeito à necessidade de elaborar juízos de prognose.

Referências

LEISNER, W. 2007. *Privatisierung des Öffentlichen Rechts: Von der 'Hoheitsgewalt' zum gleichordnenden Privatrecht*. Berlin, Duncker & Humblot, 170 p.